INSTITUTO CATÓLICO DE ESTUDOS SUPERIORES DO PIAUÍ-ICESPI

Almir do Nascimento Silva

FILOSOFIA E BIOÉTICA: breve estudo sobre a contribuição de conceitos filosóficos para fundamentação dos princípios bioéticos

Teresina – PI

2015

ALMIR DO NASCIMENTO SILVA

FILOSOFIA E BIOÉTICA: breve estudo sobre a contribuição de conceitos filosóficos para fundamentação dos princípios bioéticos

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Filosofia, no Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí - ICESPI.

Orientador: Prof. Dr. Pe. Wellistony Carvalho Viana.

Cód. 5847
100
S586f
Ex.01

Teresina-PI

2015

ICESPI - Biblioteca
13118 14/10/19

Almir Do Nascimento Silva

FILOSOFIA E BIOÉTICA: breve estudo sobre a contribuição de conceitos filosóficos para fundamentação dos princípios bioéticos

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Filosofia, no Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí - ICESPI.

Orientador: Prof. Dr. Pe. Wellistony Carvalho Viana.

Aprovada em _____ de _____ de _____

Banca examinadora

Wellistony C. Viana

Prof. Dr. Pe. Wellistony Carvalho Viana (ICESPI) - Orientador

Prof. MSc. Pe. Jonilson Torres Resende (ICESPI)

Profa. MSc Elenir Figueiredo (ICESPI)

À minha esposa, pelo amor traduzido em companheirismo e dedicação; a meus pais, pelo amor tornado realidade na educação proporcionada a mim e a meus irmãos.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus Onisciente que nos concede ciência, por ter-me iluminado a inteligência na concepção e construção deste trabalho. "N'Ele existimos, nos movemos e somos" (At 17,28).

Aos meus pais, pelo amor incondicional manifestado na faina do dia a dia, educando-nos com nobre simplicidade pautada nos princípios da justiça e da honestidade, proporcionando-nos, portanto, formação humana alicerçada em valores éticos, morais e espirituais.

Aos mestres do ICESPI que se dedicam diuturnamente fazendo da arte de ensinar/educar um ministério de serviço.

Ao meu Professor-Orientador. Aos meus amigos de curso, pela experiência humana edificante e pela convivência acadêmica frutuosa e gratificante, durante a graduação.

Gratidão especial à minha esposa, Contadora Esp. Eliane Carvalho de Andrade, pelo companheirismo e pelo incentivo na produção desta pequena obra de cunho filosófico-bioético.

Dos confrontos dos desafios contemporâneos, a ética renasce sob a forma de bioética. Ela re-nasce, torna-se nova, atual e capaz de dialogar com todos os progressos científicos e sociopolíticos, sem perder jamais, sua característica principal: ética tem a ver com justiça. (Olinto Pegoraro).

RESUMO

O presente trabalho trata sobre Filosofia e Bioética, tendo como foco a contribuição de conceitos filosóficos para fundamentação dos princípios bioéticos. Objetiva-se primariamente ressaltar a importância da Filosofia no desenvolvimento dos conceitos da Bioética. Para tanto, definiu-se, como objetivos específicos, fazer uma aproximação conceitual e histórica da Filosofia, caracterizar a Bioética como um campo interdisciplinar e, finalmente, evidenciar a contribuição da Filosofia para fundamentação dos quatro princípios da Bioética, a saber: beneficência, não-maleficência, justiça e autonomia.. O problema proposto neste estudo monográfico consiste justamente em saber qual é a contribuição da Filosofia na construção dos referidos princípios. Quanto aos procedimentos metodológicos utilizados, este texto monográfico é resultado de pesquisa do tipo exploratório. Fez-se um levantamento bibliográfico do assunto em diversas fontes. De posse dessas fontes, realizou-se uma leitura exploratória, seletiva, analítica e interpretativa. A abordagem é de natureza qualitativa. Trabalharam-se os fundamentos conceituais e os aspectos históricos concernentes à Filosofia e Bioética, e constatou-se a existência de uma relação estreita entre esses dois saberes de relevância acadêmica e social. O resultado dessa investigação teórica aponta para o fato de que efetivamente a Filosofia como saber racional e sistemático contribuiu para a fundamentação teórica dos princípios da Bioética, dando-lhes consistência.

Palavras-Chave: Filosofia. Bioética. Princípios bioéticos.

ABSTRACT

This paper deals with Philosophy and Bioethics, focusing on the contribution of philosophical concepts for reasons of bioethical principles. The purpose is primarily to emphasize the importance of philosophy in the development of the concepts of Bioethics. Therefore, it was defined as specific goals, make a conceptual and historical approach of Philosophy, Bioethics characterize as an interdisciplinary field and, finally, show the contribution of philosophy to substantiate four principles of bioethics, namely, beneficence, non-maleficence, justice and autonomy. The problem proposed in this monographic study is exactly know what is the contribution of philosophy in the construction of these principles. In the methodological procedures used, this monographic text is the result of explorer research. There was a literature of the subject from different sources. With these sources, took place from an exploratory, selective, analytical and interpretive. The approach is qualitative in nature. It worked the conceptual foundations and historical aspects concerning the Philosophy and Bioethics, and found out that there is a close relationship between these two knowledge of academic and social relevance. The result of this theoretical research points to the fact that effectively philosophy as rational and systematic knowledge contributed to the theoretical foundation of the principles of Bioethics, giving them consistency.

Keywords: Philosophy. Bioethics. Bioethical principles.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 9

2 A FILOSOFIA COMO SABER RACIONAL E SISTEMÁTICO 11
2.1 aspectos conceituais 11
2.2 aspectos históricos 15

3 A BIOÉTICA COMO UM CAMPO INTERDISCIPLINAR 22
3.1 uma aproximação conceitual 22
3.2 um breve esboço histórico 25
3.2.1 O julgamento de Nuremberge 28
3.2.2 O Código de Nuremberge 29
3.2.3 A Declaração de Helsinque 29
3.2.4 O Relatório Belmont 30

4 FILOSOFIA E BIOÉTICA: breve estudo sobre a contribuição de conceitos filosóficos para fundamentação dos princípios bioéticos 31
4.1 Procedimentos metodológicos 31
4.2 A filosofia como fundamento no processo de construção dos princípios da bioética 32
4.3 Princípios da bioética 33
4.3.1 Beneficência 35
4.3 2 Não-maleficência 35
4.3.3 Justiça 36
4.3.4 Autonomia 38

5 CONCLUSÃO 42

REFERÊNCIAS 44

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema geral Filosofia e Bioética. Para abordar esse tema, formulou-se um problema de pesquisa que se constituiu no eixo central em torno do qual foi se articulando o processo de investigação no sentido de tentar responder a seguinte questão: qual é a contribuição da Filosofia na construção dos conceitos dos princípios da Bioética?

Como objetivo geral definiu-se ressaltar a importância da Filosofia no desenvolvimento dos conceitos da Bioética. Para tanto, pretendeu-se, como objetivos específicos, fazer uma aproximação conceitual e histórica da Filosofia, caracterizar a Bioética como um campo interdisciplinar e, finalmente, evidenciar a contribuição da Filosofia para fundamentar os princípios bioéticos.

A escolha do tema emergiu do interesse do autor pelo assunto e de inquietações a respeito de questões graves e urgentes que estão postas, e às vezes impostas, pela conjuntura de uma sociedade capitalista globalizada e altamente tecnológica. Com efeito, considera-se que não se pode admitir, em pleno século XXI, que pessoas sejam desrespeitadas, tendo sua liberdade cerceada e sua autonomia desconsiderada em nome de pesquisas científicas.

Justifica-se a escolha do tema, também, pela sua relevância social. Com efeito, a comunidade humana reivindica cada vez mais que os famigerados Direitos humanos sejam postos em prática em toda sua compreensão e extensão. Não se pode sacrificar vida humana em nome da pesquisa. Considera-se, pois, que onde a Bioética não chega claramente, sorrateiramente chegará a prática perversa do biocídio.

Quanto à metodologia utilizada, o presente estudo é resultado de pesquisa do tipo exploratório. Assim sendo, foi feito um levantamento bibliográfico do assunto em diversas fontes, a saber, livros, revistas e artigos na internet. De posse dessas fontes, realizou-se uma leitura exploratória, seletiva, analítica e interpretativa, e procedeu-se à construção lógica do trabalho e sua redação final.

Este trabalho apresenta-se dividido em cinco capítulos logicamente articulados. Após um capítulo introdutório, no segundo capítulo abordam-se os aspectos conceituais e históricos da Filosofia. No terceiro, explora-se a Bioética, fazendo-se uma aproximação conceitual e histórica, destacando-se alguns marcos históricos.

No quarto capítulo, por seu turno, descrevem-se os procedimentos metodológicos utilizados e aborda-se como alguns conceitos de ordem filosófica contribuíram para fundamentar a construção e o esclarecimento do conteúdo dos princípios bioéticos, hoje consagrados, a saber, os quatro princípios: 1) Benficência; 2) Não-maleficência; 3) Justiça e 4) Autonomia. Ao final, apresentam-se algumas conclusões.

2 A FILOSOFIA COMO SABER RACIONAL E SISTEMÁTICO

A Filosofia é a mãe de todas as ciências. É a fonte de onde emanou todo o conhecimento humano produzido ao longo da história do pensamento ocidental. Nesta seção, serão apresentados aspectos conceituais e históricos deste saber importante para a evolução da racionalidade ocidental.

2.1 Aspectos conceituais

A tarefa de conceituar uma realidade, qualquer que seja ela, por si só já é uma tarefa complexa. Tal tarefa se torna mais complexa e desafiadora quando se trata de conceituar a Filosofia, uma vez que se afirma que definir o que é Filosofia constitui precisamente o primeiro problema filosófico.

> Não precisamos buscar na infinidade de conceitos de 'Filosofia' –talvez um para cada autor de certa expressão, e que à vagueza das formulações acrescentam às vezes até posições contraditórias- não precisamos procurar aí a incerteza e imprecisão que reinam e, sobretudo em nossos dias, no que concerne o objeto da especulação filosófica. Muito mais ilustrativa é a consulta aos textos filosóficos ou qualquer exposição ou análise do desenvolvimento do assunto (PRADO JÚNIOR, 1984, p. 5).

Analisa-se como muito pertinente o posicionamento acima do autor. Concorda-se com este postura segundo a qual mais interessante do que tentar conceituar ou definir Filosofia é ir aos textos originais dos próprios filósofos, lê-los, analisá-los, interpretá-los e finalmente construir uma compreensão sobre este objeto a partir desse contato com os textos dos filósofos.

Para Morra (2004), não é fácil responder a pergunta 'o que é a Filosofia'. Ele argumenta que todas as atividades do espírito têm um objeto determinado do qual se ocupam. Diante disso ele se pergunta: mas, qual é mesmo o objeto da Filosofia? A resposta que ele mesmo propõe é a seguinte: talvez seja conveniente começar por dizer qual não é o objeto da filosofia. Ele não é algo particular ou algum dado da experiência.

Na visão de González Porta (2002), se a filosofia é originariamente discurso racional, é imprescindível fixar em que ele consiste. É óbvio, para o referido autor, que a questão proposta não é suscetível de ser seriamente tratada em poucas linhas como é o caso deste trabalho monográfico.

Ao longo da história do pensamento ocidental foram apresentadas várias concepções de filosofia, sendo que algumas aparentemente contraditórias, de tal modo que se coloca um quadro de muita pluralidade, sobretudo a partir da idade moderna.

Segundo Legrand (2002), atualmente nada poderia garantir que um congresso (imaginário) de todos os filósofos (profissionais ou não, mas aceitando-se mutuamente como tais) pudesse propor uma definição da Filosofia que não se limitasse a ser *um apanhado de diferentes 'partes'* que a constituíram e a foram constituindo de acordo com as épocas e os lugares.

Filosofia é amizade pela sabedoria, amor e respeito pelo saber. Essa é definição a partir da própria etimologia da palavra Filosofia. Tal definição é interessante enquanto nos dá uma noção geral do seja a Filosofia. Entretanto, não acrescenta muito para o adequado entendimento desse tipo de saber.

Filosofia é a ciência de todas as coisas em suas primeiras causas pela luz natural da razão. Essa é a definição a partir do conceito grego. Nela pode-se distinguir o objeto material (todas as coisas) e o objeto formal (em suas causas primeiras) da Filosofia. O conceito em consideração ressalta ainda a faculdade produtora desse tipo de conhecimento, qual seja a luz natural da razão.

De certa forma, pode-se dizer que até ao longo da idade antiga, assim como na época medieval, foi esse conceito que adquiriu maior penetração no universo do pensamento humano ocidental.

Todavia, a partir da idade moderna pode-se afirmar que praticamente cada filósofo tem a sua concepção de Filosofia, de tal modo que há um leque muito amplo de perspectivas filosóficas expressando diferentes formas de conceber a Filosofia.

Para Descartes, considerado o pai da Filosofia moderna, a Filosofia se define mais como uma sabedoria prática do que como ciência propriamente dita. Com efeito, em sua Carta-prefácio "Princípios da filosofia" Descartes assim se pronuncia:

> Gostaria primeiramente de explicar o que é a filosofia, começando pelas coisas mais vulgares, como são: que a palavra *filosofia* significa o estudo da sabedoria, e que pela sabedoria não se entende somente a prudência nos negócios, mas um perfeito conhecimento de todas as coisas que o homem pode saber, tanto para a conduta de sua vida quanto para a conservação de sua saúde e a invenção de todas as artes; e que, a fim de que este conhecimento seja tal, é necessário que seja deduzido das primeiras causas, de sorte que para estudar para adquiri-lo, o que se chama

> propriamente de filosofar, é preciso começar pela investigação dessas primeiras causas, isto é, dos princípios (OS FILÓSOFOS, 2003, p. 79).

Há, além disso, uma analogia cartesiana segundo a qual a Filosofia é como uma árvore, cujas raízes são a metafísica, o tronco a física, e os ramos que saem deste tronco, as outras ciências.

Na modernidade, a Filosofia perdeu muito de seu espaço no universo do saber em virtude do avanço das ciências, especialmente as ciências experimentais. Augusto Comte reduz a Filosofia a uma pura sistematização das ciências positivas; segundo ele, hão há senão um saber científico, o das ciências positivas ou ciência dos fenômenos (COMTE, 1983).

Hegel tende a fazer da Filosofia uma pura construção lógica, sem nenhum apoio na experiência, enquanto Schleiermacher e Schopenhauer fazem da Filosofia um saber místico, uma espécie de crença irracional fundada sobre as intuições do coração (VILELA, 1974).

Na visão dos denominados subjetivistas kantianos, a Filosofia seria uma explicação da vida e do mundo, mediante formas a priori da mente. Há quem defenda que tudo compreender é tarefa da Filosofia. Nessa mesma linha de pensamento, defendeu-se, também, que só acreditar no que a razão compreende é Filosofia (VILELA, 1974).

A Filosofia discorre sobre a origem dos nossos conhecimentos, sobre os princípios da certeza e procura penetrar na razão das coisas. Se existe algo que caracteriza precisamente a Filosofia, é exatamente essa busca incessante de mergulhar na razão das coisas, buscando uma explicação racional.

Para Comte (1983). Filosofia é a soma de todas as ciências positivas. Nesse sentido a Filosofia não seria propriamente uma ciência, mas uma espécie de sistematização das ciências positivas. Tal visão se apresenta como consequência da concepção positivista de ciência.

> Mais comumente a Filosofia é tida como uma complementação da Ciência e da elaboração cognitiva em geral; como seu coroamento e síntese. Esse conceito da Filosofia se encontra aliás mais ou menos expressamente formulado em boa parte das definições e explicações que dela se dão, e partidas dos mais afastados e mesmo antagônicos quadrantes. Até mesmo o séc. XVIII, e talvez o seguinte, Filosofia ainda se confundia com Ciência; e das Filosofias particulares (como por exemplo a 'filosofia química', que não é senão a nossa Química, simplesmente) passava-se imperceptivelmente para assuntos gerais que se enquadrariam melhor naquilo que hoje entenderíamos mais especificamente como 'Filosofia' (PRADO JÚNIOR, 1984, p. 9).

"A filosofia é um modo de vida, um modo essencial que, justamente, consiste em viver numa certa ciência e, portanto, a postula e exige. É portanto uma ciência o que

determina o sentido da vida filosófica", essa é a concepção de Marías (1982, p. 23), o qual pergunta a seguir: mas que tipo de ciência? Ou seja: qual é a índole do saber filosófico?

Um dos posicionamentos defendendo Filosofia como sendo ciência encontra-se em Aristóteles, para quem Filosofia é a ciência das causas primeiras. Na obra denominada Metafísica, Aristóteles assim se pronuncia:

> Há uma ciência que estuda o ser e as propriedades do ser enquanto tal. Ela não se identifica com nenhuma das ciências particulares, porque nenhuma delas se ocupa do ser enquanto tal, mas de alguma parte determinada do ser, da qual estuda aspectos particulares como fazem as matemáticas (ARISTÓTELES apud MONDIN, 1983, p. 86).

Pelo exposto até agora, percebe-se a riqueza de visões e de posicionamentos dos pensadores quanto á concepção de Filosofia. Poder-se-ia acrescentar ainda que Filosofia é um esforço para interpretar os fatos autênticos da experiência, explicando-os e unificando-os pelo princípio da razão suficiente, que Filosofia é uma tomada de posição raciocinada sobre a totalidade do real e muitas outras aproximações conceituais.

Marilena Chauí (2003) apresenta quatro definições gerais do que seria a Filosofia:

1. Visão de mundo de um povo, de uma civilização ou de uma cultura. Filosofia seria um conjunto de ideias, valores e práticas pelos quais uma sociedade apreende e compreende o mundo e a si mesmo.

2. Sabedoria de vida. Filosofia seria uma contemplação do mundo e dos homens para nos conduzir a uma vida justa, sábia e feliz, ensinando-nos o domínio sobre nós mesmos;

3. Esforço racional para conceber o Universo como uma totalidade ordenada e dotada de sentido. Distingue-se Filosofia e religião e até mesmo opõe-se uma à outra, possuindo ambas o mesmo objeto, que é compreender o Universo;

4. Fundamentação teórica e crítica dos conhecimentos e das práticas. A Filosofia é entendida como análise, como reflexão e como crítica. A Filosofia é a busca do fundamento e do sentido da realidade em suas múltiplas formas indagando o que são.

De todas estas referências, entre outras coisas, conclui-se que não existe um conceito moderno de filosofia, mas, podemos dizer assim, tantos conceitos quantos são os filósofos modernos.

Portanto, é difícil dar-se uma definição extensiva e sintética de Filosofia que satisfaça a todos os gostos e possa exaurir toda sua compreensão, uma vez que esta varia não só quanto a cada filósofo ou corrente filosófica, mas também em relação a cada período histórico.

Hessen, (1980, p. 15) depois de ter percorrido metodologicamente todo o conteúdo histórico da filosofia, chegou à conclusão que "a filosofia é uma tentativa do espírito humano para chegar a uma concepção do universo por meio da auto-reflexão sobre as suas funções de valor teóricas e práticas."

Finalmente, segundo Abbagnano (1983), a definição que melhor se presta para relacionar e articular os diferentes significados do termo Filosofia, é que a Filosofia é o uso do saber em proveito do homem.

2.2 Aspectos históricos

Como saber racional e sistemático, a Filosofia foi sendo construída ao longo da história pela atuação de homens e mulheres que, inconformados com o *status quo* da realidade e inquietos com diversas questões, procuraram debruçar-se sobre as interrogações que tinham, e buscaram uma possível resposta.

Reale (2007) sustenta que para se compreender a Filosofia faz-se mister um demorado e progressivo exame das exigências que suscitaram os problemas historicamente reconhecidos como sendo de ordem filosófica, ou seja, é necessário uma compreensão histórica que situe a Filosofia no tempo e no espaço.

De acordo com Morra (2004), a Filosofia, assim como todas as outras atividades espirituais, nasce e se desenvolve no tempo. Todo filósofo e toda escola filosófica estão marcados pelo ambiente no qual vivem e se exprimem e, ao menos em parte, pelas respostas aos problemas de seu momento histórico.

"Também os filósofos que aparentemente se alienam de seu próprio tempo ou o refutam, na realidade, sempre dependem dele e refletem sua situação. A filosofia está relacionada à situação histórica, ainda que não se esgote nesta" (MORRA, 2004, p. 52)

Para Chauí (2003) a Filosofia não surgiu por geração espontânea, nem por um passe de mágica. Houve antecedentes que criaram condições históricas propícias para seu surgimento. Foram condições de ordem econômicas, sociais, políticas e históricas, a saber: as viagens marítimas, a invenção do calendário, a invenção da moeda, o surgimento da vida urbana, a invenção da escrita alfabética e a invenção da política.

Historicamente costuma-se dividir o desenvolvimento da Filosofia em períodos mais ou menos definidos e considerados, não obstante algumas pequenas divergências, entre os autores, quanto a esta periodização. Admite-se, sem dúvida, que a Filosofia está na história e tem uma história.

> Está na história: a filosofia manifesta e exprime os problemas e as questões que, em cada época de uma sociedade, os homens colocam para si mesmos diante do que é novo e ainda não foi compreendido. A Filosofia procura enfrentar essa novidade oferecendo caminhos, respostas e, sobretudo, propondo novas perguntas, num diálogo permanente com a sociedade e a cultura de seu tempo, do qual ela faz parte (CHAUÍ, 2003, p. 46).

Depreende-se da citação acima que, entre outras coisas, a Filosofia é uma criação humana. E toda criação humana é efetivada dentro da história, pelo fato de o homem ser histórico. Afirma-se, então, que a Filosofia como construção humana é filha de cada época e é influenciada por todas as variáveis próprias de cada contexto.

> [A Filosofia] tem uma história: as respostas, as soluções e as novas perguntas que os filósofos de uma época oferecem tornam-se saberes adquiridos que outros filósofos prosseguem ou, frequentemente, tornam-se novos problemas que outros filósofos tentam resolver, seja aproveitando o passado filosófico, seja criticando-o e refutando-o. Além disso, as transformações nos modos de conhecer podem ampliar os campos de investigação da Filosofia, fazendo surgir novas disciplinas filosóficas, como também podem diminuir esses campos, porque alguns de seus conhecimentos podem desligar-se dela e formar disciplinas separadas (CHAUÍ, 2003, p. 46).

Fundamentado nessa passagem acima, compreende-se o dinamismo que constitui intrinsecamente a Filosofia, ou seja, essa pluralidade de perspectivas, essa dialética de pergunta-resposta-nova pergunta confere ao pensamento filosófico uma riqueza insondável.

Conforme Chauí (1983), pelo fato de estar na história e ter uma história, a Filosofia costuma ser apresentada em grandes períodos que acompanham, às vezes de maneira mais próxima, às vezes de maneira mais distante, os períodos em que os historiadores dividem a história da sociedade ocidental.

González Porta (2002) critica a prática de periodizar historicamente a Filosofia nestes termos:

> Podemos usar diferentes critérios para sequenciar a história da filosofia. O mais comum é fazê-lo correlacionando-a com os períodos históricos, políticos e culturais. Assim, obtemos uma ordenação em filosofia antiga, medieval, moderna e contemporânea. Este e outros critérios têm em comum o fato de serem puramente extrínsecos, periodizando a história da filosofia com base em um princípio que não é de natureza filosófica (GONZÁLEZ PORTA, 2002, p. 158).

Assim sendo, apresentam-se assim os principais períodos históricos da Filosofia: 1) *Filosofia antiga* (séc. VI a.C. ao séc. VI d.C.); 2) *Filosofia patrística* (séc. I a.C. ao séc. VII d.C.); 3) Filosofia medieval (do séc. VIII ao séc. XIV); 4) Filosofia da Renascença (do séc. XIV ao séc. XVI); 5) Filosofia moderna (do séc. XVII a meados do séc. XVIII); 6) Filosofia

da Ilustração ou Iluminismo (de meados do séc. XVIII ao começo do séc. XIX); 7) Filosofia contemporânea (de meados do séc. XIX aos nossos dias).

Dessa forma, o que se denomina Filosofia antiga corresponde ao período da Filosofia greco-romana, indo dos pré-socráticos, passando por Sócrates, Platão e Aristóteles até chegar aos grandes sistemas do período helenístico (estoicismo, epicurismo, ceticismo e neoplatonismo).

No que concerne ao período da Filosofia patrística, há que se destacar o esforço realizado por pensadores cristãos para conciliar o Cristianismo com o pensamento filosófico dos gregos e romanos. Nesse particular merecem destaque, sobretudo, Orígenes, Agostinho e Boécio.

> A patrística foi obrigada a introduzir ideias desconhecidas para os filósofos greco-romanos: a ideia de criação do mundo a partir do nada, de pecado original do homem, de Deus como trindade uma, de encarnação e morte de Deus, de juízo final ou de fim dos tempos e ressurreição dos mortos, etc. Precisou também explicar como o mal pode existir no mundo, já que tudo foi criado por Deus, que é pura perfeição e bondade. Introduzir, sobretudo com Santo Agostinho e Boécio, a ideia de 'homem interior', isto é, da consciência moral e do livre-arbítrio da vontade [...] pelo qual o homem, por ser dotado de liberdade para escolher entre o bem e o mal, é o responsável pela existência do mal no mundo (CHAUÍ, 1983, p. 46).

Esse trecho mostra claramente que houve um certo conflito de perspectivas diferentes que exigiu um enfrentamento e uma tentativa de diálogo entre essas diversas visões de homem, de mundo e de Deus. Não tinha como evitar essa dialética, uma vez que o pensamento filosófico era tido como uma sabedoria de altíssimo alcance e importância.

No que tange ao período seguinte, cumpre ressaltar que a Filosofia medieval teve como influências principais dois grandes pilares: Platão e Aristóteles. Dois gigantes sobre os quais de algum modo foi construído o pensamento ocidental. Ambos deixaram um legado de produção intelectual de muita consistência.

Com relação aos temas de interesse, vale destacar que a Filosofia medieval conservou e discutiu os mesmos problemas da Patrística e acrescentou outras questões, especialmente, o problema dos universais colocado nestes termos: como se explica o fato de que as coisas existem particularmente, mas nós as conhecemos numa ideia que é universal?

De acordo com Chauí (2003), outros grandes temas da Filosofia medieval foram: a diferença e a separação entre infinito (Deus) e finito (homem, mundo), a diferença entre razão e fé, a diferença e a separação entre corpo (matéria) e alma (espírito), o Universo como uma hierarquia de seres.

Analisando-se criticamente a Filosofia medieval, pode-se afirmar que, em termos gerais, trata-se de uma Filosofia cristã que termina sendo uma espécie de Teologia, uma vez que boa parte dos problemas filosóficos dessa época eram, na verdade, problemas teológicos, até porque a ideia geral era que a Filosofia estaria a serviço da Teologia.

No que diz respeito ao período subsequente chega-se ao Renascimento. A Filosofia da Renascença é marcada pela descoberta das obras de Platão e de novas obras de Aristóteles, que passa a ser lidas em grego e a receber novas traduções latinas, mais rigorosas e mais fiéis ao texto original (CHAUÍ, 2003).

Ainda em conformidade com a autora acima citada, três grandes linhas de pensamento prevaleceram na Renascença. Uma vertente proveniente da leitura dos diálogos de Platão, especialmente Banquete, Fédon e Fedro. Outra vertente de pensadores florentinos valorizava a atuação política e defendia a liberdade das cidades italianas contra o Império romano-germânico, e, finalmente, uma corrente que preconizava o ideal do homem como artífice de seu próprio destino pela ciência, pela política e pelas técnicas.

Percorrendo-se a linha do tempo, chega-se ao século XVII e avança-se até meados do século XVIII. Trata-se da Filosofia moderna que comporta várias vertentes de pensamentos até antagônicos entre si como Racionalismo e Empirismo. "Durante o século XVII, a confiança no papel da razão no processo de conhecimento chega a seu auge no contexto da filosofia [...], por isso a produção filosófica dessa época é chamada de grande racionalismo" (COTRIM; FERNANDES, 2010, p. 228).

Por outro lado, outra corrente filosófica, presente e atuante na modernidade, é o Empirismo. Com efeito,

> O *empirismo* é, juntamente com o *racionalismo*, uma das grandes correntes formadoras da filosofia moderna (séculos XVI-XIX). Enquanto que o racionalismo de Descartes explicava o conhecimento humano a partir da existência no indivíduo de ideias inatas que se originavam em última análise de Deus, os empiristas *pretenderam dar uma explicação do conhecimento a partir da experiência*, eliminando assim a noção de ideia inata, considerada obscura e problemática. Para os empiristas, todo o nosso conhecimento provém de nossa *percepção do mundo externo*, ou do exame da atividade de nossa própria mente (REZENDE, 2004, p. 117).

O fragmento supracitado evidencia uma atmosfera intelectual de pensamentos antagônicos em torno da questão sobre a origem ou a fonte do conhecimento. Houve autores, sobretudo do Reino Unido, que defenderam o empirismo; e houve autores, capitaneados por Descartes que sustentaram o racionalismo.

UFPI Biblioteca
13118 24/10/19

O período sucessivo, denominado Filosofia da Ilustração ou Iluminismo, delineia-se no espaço de tempo que abrange meados do séc. XVIII ao começo do séc. XIX. Cotrim (2010) afirma que, na conjuntura moderna, espalhou-se a crença de que a razão, a ciência e a tecnologia tinham condições de impulsionar o trem da história em uma marcha contínua em direção à verdade e ao progresso humano.

Igualdade, tolerância religiosa e filosófica, liberdade pessoal e social, propriedade privada são alguns dos temas preferidos pelos iluministas. Vale ressaltar que

> o Iluminismo não foi um movimento coeso e uniforme. Por isso, não podemos rotular todos os pensadores iluministas como 'ideólogos da burguesia'. Muitos dentre eles defendia a aristocracia. No entanto, em meio a essa pluralidade de pensadores, havia um traço comum: a busca pelo convencimento racional das pessoas. A própria postura de muitos filósofos modificou-se no século XVIII. Abandonando os círculos fechados de seus antecessores, os iluministas circulavam pelas ruas e salões, exibindo e exercitando a razão (COTRIM, 2010, p. 242).

Percebe-se, mais uma vez, a questão da pluralidade própria do pensamento moderno, que abre um leque muito amplo de perspectivas e vertentes de toda ordem. Entretanto, algum traço comum permanece perpassando essa variedade de pensamento, a saber, a questão do humanismo.

Para Châtelet (1982), a Filosofia, em sua forma mais radical e específica, acha-se significativamente inserida na autoria mesmo do fluxo civilizatório do Ocidente: ela é, a um só tempo, seu percurso fático e sua continuada presença histórica. O Ocidente, portanto, tem sido antes de tudo uma vontade a serviço do pensamento.

Finalmente, chega-se ao período da Filosofia contemporânea que tem seu início em meados do séc. XIX e se estende até os nossos dias. Na visão de Chauí (2003), esse período, por ser o mais próximo de nós, parece ser o mais complexo e o mais difícil de definir, uma vez que as diferenças entre as várias filosofias ou posições filosóficas nos parecem muito grandes porque as estamos vendo surgir diante de nós.

> O homem contemporâneo consegue livrar-se progressivamente da preocupação com a sobrevivência. Percebe, após séculos de guerras, que o único caminho para progredir é a convivência pacífica, condição de possibilidade de uma série de outros procedimentos geradores de riqueza e bem-estar: trabalho, pesquisa, comunicação, experimentação. O protagonista do novo milênio se caracteriza pelo pragmatismo. É preciso resolver os problemas que nos afligem: detectá-los, diagnosticá-los e solucioná-los. *Só tem sentido refletir para mudar a realidade* (MASIP, 2001, p. 242).

Todavia, em que pese essa complexidade e dificuldade aludidas acima, pode-se apresentar as principais questões e os principais temas que interessaram à Filosofia neste

período. Amparado em Chauí (2003), enumeram-se os seguintes temas de interesse da Filosofia contemporânea: 1) História e progresso; 2) As ciências e as técnicas; 3) Os ideais políticos e revolucionários; 4) A cultura; 5) O fim da filosofia; 5) A maioridade da razão; 6) Infinito e finito e 7) A Pós-modernidade.

Ao desenvolver esses temas da Filosofia contemporânea, Chauí (2003) faz uma contraposição entre as principais ideias do séc. XIX e as principais correntes de pensamento do séc. XX. Seguindo essa autora, serão apresentados aqui alguns pontos relativos a como foram abordados esses temas no séc. XX somente.

Com relação ao tema História e progresso, o pensamento do séc. XX é que a História é descontínua; cada sociedade tem sua História própria; a ideia de progresso passa a ser criticada como sendo uma tentativa de legitimação de colonialismos. Além disso, critica-se, também, a ideia do progresso das ciências e as técnicas.

No que pertine ao tema Ciências e técnicas, a Filosofia passou a desconfiar do otimismo científico-tecnológico do século XIX; várias tragédias humanas causaram perplexidades e ensejaram pensamento crítico, sobretudo as duas guerras mundiais com as tragédias de Hiroshima e Nagasaki. Politicamente, o Nazismo, ditaduras na América Latina também foram objeto de crítica filosófica.

No tocante ao tema dos Ideais políticos revolucionários, a Filosofia do séc. XX passou a desconfiar do otimismo revolucionário e das utopias; passou a indagar sobre os explorados e dominados; e a pergunta de fundo era: como derrubar os poderios que oprimem? Neste período ocorre o surgimento das sociedades totalitárias: fascismo, nazismo e stalinismo.

No que se refere ao tema da Cultura, o pensamento filosófico do séc. XX tem a postura de afirmar que não há a Cultura, mas o que existe são culturas diferentes; há pluralidade; cada cultura inventa seu modo de ser. Cada cultura tem que ser entendida dentro de sua própria lógica interna. Não há cultura inferior nem cultura superior, portanto.

Quanto à questão do presumido Fim da própria Filosofia, o que ocorreu de fato durante o séc. XX foi que a Filosofia passou a mostrar que as ciências não possuem princípios totalmente certos, seguros e rigorosos para as investigações; voltou a afirmar seu papel de compreensão e interpretação crítica das ciências.

"No séc. XIX, o otimismo filosófico levava a Filosofia a afirmar que, enfim, os seres humanos haviam suplantado a superstição, as explicações mágicas e fantásticas da realidade e alcançado a maioridade racional" (CHAUÍ, 2003, p. 53).

A propósito dessa pretensa Maioridade da razão, no séc. XX, Freud, voltado para perturbações psíquicas; questionou o otimismo da razão e descobriu o inconsciente: uma força invisível que atua em nós, de modo muito mais forte do que a nossa razão.

"O século XIX prosseguiu uma tradição filosófica que veio desde a antiguidade e que foi muito alimentada pelo pensamento cristão. Nessa tradição, o mais importante sempre foi a ideia do infinito [...] (CHAUÍ, 2003, p. 54).

Já no séc. XX, a Filosofia tendeu a dar mais importância ao finito. O Existencialismo, por exemplo, concebeu o homem como "um ser para a morte", e propôs a aceitação da finitude humana pelas artes e pela ação político-revolucionária. Valorizou-se, também, a Filosofia da diferença, ou seja, o interesse pela singularidade e particularidade. Além disso, a denominada Filosofia das ciências procurou debater os limites, impasses e problemas das ciências.

Finalmente, de acordo com Chauí (2003), com relação à Pós-modernidade o que ocorreu historicamente foi uma critica às ideias da modernidade, ou seja, o pensamento pós-moderno: 1) considera infundada e ilusória as pretensões da razão no conhecimento e na prática; 2) julga que o conhecimento não se define por procedimentos articulados à distinção entre a verdade e a falsidade e sim pelos critérios da utilidade e da eficácia; 3) considera infundada a distinção entre sujeito e objeto; 4) não admite a distinção entre a ordem natural necessária e ordem histórica e cultural instituída pelos homens; 5) não admite a definição do ser humano como animal racional dotado de vontade livre, mas o concebe como um ser passional, desejante, que age movido por impulsos e instintos; 6) desconfia da política e dá importância à ideia de diferença.

Tendo abordado nesta seção os aspectos conceituais e históricos da Filosofia como saber racional e sistemático, na próxima seção será apresentada a Bioética como um campo interdisciplinar, explorando seus aspectos conceituais e também históricos.

3 A BIOÉTICA COMO UM CAMPO INTERDISCIPLINAR

Nesta seção objetiva-se apresentar a Bioética como um campo interdisciplinar. Para tanto, inicialmente, será feita uma exposição geral, não exaustiva, dos conceitos construídos a propósito desse objeto de estudo. Também será feito um breve esboço histórico evidenciando pontos importantes na evolução do debate bioético.

3.1 Uma aproximação conceitual

Atualmente, "a bioética é um assunto que perpassa todos os níveis da vida e nos setores mais distintos de nossa sociedade, tais como as áreas da saúde, da política, da sociologia, da economia, da ecologia, da filosofia, da antropologia" (BARCHINFONTAINE; PESSINI, 2001, p. 14). Estas áreas são as que estão mais em evidência.

Conforme Namba (2009, p.8), a palavra "bioética" foi usada pela primeira vez em 1971, no título da obra de Van Renssealaer Potter, denominada *Bioethics: bridge to the future* (Bioética: ponte para o futuro).

À semelhança dos termos Ética e Moral, também o termo Bioética, na conjuntura atual, é moeda de uso corrente, assumindo consequentemente os mais diversos significados. Na tentativa de expressar essa diversidade de perspectivas com relação à Bioética, podem-se elencar várias concepções, as quais serão aqui referenciadas e analisadas.

"A bioética, quer seja considerada ciência, disciplina ou movimento social, para nós é antes de tudo uma dinâmica reflexiva que procura resgatar a dignidade da pessoa humana e sua qualidade de vida desde o nível 'micro' até o nível 'macro,'" segundo Barchinfontaine; Pessini (2001, p.9).

Assim, a bioética constitui-se em uma postura respeitosa perante a diversidade cultural, que permeia todos os olhares sobre os seres vivos indistintamente, desde o nível micro dos estudos bioéticos no que se refere aos estudos sobre genoma, células tronco até o nível macro que engloba os seres humanos e suas relações sociais, entre si e com os demais seres, tais como os estudos bioéticos sobre aborto.

Diniz; Guilhem (2005, p.67) corroboram, em outro aspecto, com as reflexões acima quando dizem que "a bioética preocupa-se, portanto, com todas as situações de vida, especialmente dos seres humanos, que estejam em meio a diferentes escolhas morais quanto aos padrões de bem-viver.". Este conceito enfatiza o respeito a todas as situações de vida, destacando, contudo, a vida dos seres humanos, o que torna a citação um pouco especista.

Além da ênfase a vida do ser Humano no conceito acima expressando a alusão às escolhas morais e aos padrões de bem-viver colocando em pauta um assunto delicado, complexo, onde reinam pluralidades as mais diversas, a serem consideradas conforme a satisfação das necessidades dos grupos nas quais estão inseridas, sendo prudente a compreensão do significado que o grupo atribui às mesmas, para que possa estabelecer um diálogo respeitoso na diversidade, tem-se que ampliar este diálogo respeitoso não apenas a vida humana, mas a vida de todos os seres vivos.

Em Potter (*apud* NAMBA, 2009, p. 8), bioética "é a combinação da biologia com os conhecimentos humanísticos diversos constituindo uma ciência que estabelece um sistema de prioridades médicas e ambientais para sobrevivência aceitável." Esta formulação conceitual exprime uma das primeiras maneiras de entender a bioética ainda muito ligada à área da medicina.

Como exemplo do que Potter (*apud* NAMBA, 2009, p.9) falou sobre a ênfase da bioética no universo médico, conforme Durant (*apud* NAMBA, 2009, p.9) a bioética é conceituada como "a pesquisa de soluções para os conflitos de valores no mundo da intervenção médica." Ainda restrita ao campo da atuação médica, o entendimento de bioética como pesquisa de soluções para os conflitos de valores é audacioso, uma vez que o campo dos valores é extremamente conflitante.

Por outro lado, bioética também "é o estudo interdisciplinar do conjunto das condições exigidas para uma administração responsável da vida humana, ou da pessoa humana, tendo em vista os progressos rápidos e complexos do saber e das tecnologias biomédicas" (ROY *apud* NAMBA, 2009, p. 9).

Ao propor bioética como estudo interdisciplinar, o referido autor amplia o horizonte da discussão bioética não apenas para além desses progressos biomédicos, mas também vislumbrando a interface da bioética com estes progressos tecno-biomédicos.

Tendo em pauta a visão pluralista como característica fundamental da bioética, Engelhardt, citado por Namba (2009, p. 9), sustentou que a bioética "funciona como uma lógica do pluralismo, como um instrumento para a negociação pacífica das instituições morais." Vale ressaltar aqui a concepção de bioética como instrumento de negociação, algo essencial que nem sempre é pacífico, tanto no campo médico, quanto no universo das outras áreas do conhecimento tais como: Humanas, Exatas, dentre outras.

Sistematização, interdisciplinaridade e pluralismo são propostos por Reich em 1995 (*apud* NAMBA, 2009), como sendo aspectos próprios da definição de Bioética. Perspectiva que sintoniza bem com as exigências atuais para o diálogo respeitoso na pluralidade.

Conforme Comte-Sponville, citado por Edson Namba (2009, p. 10), Bioética, como se diz hoje, "não é uma parte da biologia: é uma parte da Ética, é uma parte de nossa responsabilidade simplesmente humana; deveres do homem para com outro homem, e de todos para com a humanidade."

Concepção muito adequada e pertinente ao deslocar o foco do discurso do campo simplesmente da ciência para o campo dos valores da ética e do compromisso da alteridade.

Analisando o conceito de Bioética, Mário Sanches (2004) parte da constatação de que há uma dificuldade na conceituação de Bioética em virtude mesmo de sua enorme abrangência, ou seja, tudo o que é vida lhe compete. Reconhece que, por um lado, não há nada mais importante do que a Vida e, por outro lado, nada mais vago e mais amplo do que a vida.

Em teoria, todos defendem a vida. Sanches (2004) sustenta que há certo equívoco em identificar o "bio" de bioética com "vida". Segundo ele, a partícula "bio" aqui, designa "o conhecimento biológico." Em outras palavras, o "bio" de bioética vem de bio-logia, bio-ciência, bio-tecnologia, ou, em síntese, de bio-tecnociência.

Finalmente Sanches (2004, p. 21) sugere que "Bioética é a ciência do comportamento moral dos seres humanos diante de toda intervenção da biotecnociência e das ciências da saúde sobre a vida, em toda a sua complexidade" e conclui defendendo que um conceito de Bioética deveria contemplar três elementos, a saber: a avaliação ética da ação que utiliza determinado tipo de técnica nos estudos sobre a vida, compreendida aqui em toda a sua complexidade. No intuito de preservar a dignidade e integridade do grupo a ser respeitado.

Reafirmando a postura de Sanches, tem-se no pensamento de Junges (2006), que o surgimento da bioética deu-se por conta da preocupação com as incidências da intervenção tecnológica do ser humano no ambiente natural e como resposta aos dilemas éticos provocados pelas novas descobertas biológicas e pelos avanços da medicina sobre a saúde do ser humano.

Há, ainda, a consideração da Bioética na interface com o Biodireito. O Biodireito está intrinsecamente ligado à Bioética, ele se ocupa da formulação das regras jurídicas em relação à problemática emergente, tais como o progresso científico, a progressiva medicalização da vida, a emancipação do paciente, a necessidade de padrão moral a ser compartilhado pelas culturas heterogêneas, dentre outros (DINIZ *apud* NALINI, 2008). Quais seriam os limites jurídicos da licissitude da intervenção técnico-científica possível? Eis uma questão para o Biodireito.

Diante de tão grande desafio que é refletir sobre conceituação de Bioética, cônscios de que não há unanimidade, mas uma pluralidade de sentidos, todos eles com sua adequada pertinência dentro dos contextos que os geraram, é de bom alvitre que não se perca a percepção intelectual do horizonte mais largo e promissor da necessidade do diálogo respeitoso pois,

> o papel fundamental da bioética é reconhecer que é preciso sair ao encontro de estratégias de mediação para o conflito moral que tenham por espírito condutor a máxima tolerante e pacífica deixada pelo humanismo, em vez de assumir para si o imobilismo imposto pela impossibilidade de atingir a verdade absoluta para todos. Não é preciso que todos os personagens morais tenham as mesmas crenças, basta apenas que saibam se respeitar e tolerar mutuamente (DINIZ; GUILHEM, 2005, p. 69).

Enfim, com todos os avanços da Bioética, não se pode alimentar a ilusão de ter encontrado o mecanismo legítimo de mediação para os conflitos morais, cada vez mais intensos nas sociedades democráticas. A Bioética não possui respostas definitivas para esses conflitos. Consequentemente, é necessário que o debate permaneça em aberto e que a pesquisa bioética e a reflexão em torno de seu sentido profundo continue cada vez mais plural e respeitadora das diferenças.

3.2 Um breve esboço histórico

A Bioética pode ser abordada de várias maneiras. De acordo com Diniz e Guilhem (2005), há pelo menos três grandes abordagens utilizadas, a saber: 1) Abordagem historicista; 2) Abordagem filosófica e 3) Abordagem temática.

> A abordagem historicista seria a que remete o nascimento da bioética aos fatos e eventos passados que teriam contribuído para seu surgimento – as pesquisas realizadas nos campos de concentração nazistas, as duas guerras mundiais e os tratados de direitos humanos seriam alguns dos exemplos mais citados. Se, por um lado, *a abordagem historicista é atraente por permitir que professores e alunos* apoiem-se em conhecimentos de domínio relativamente comum, a abordagem filosófica possui uma quantidade menor de adeptos, pois exige que seus representantes tenham certo domínio da história da filosofia, especialmente da filosofia moral, tarefa para que nem todos estão preparados. Por outro lado, a abordagem temática é a mais comumente referida na bioética brasileira [...] (DINIZ; GUILHEM, 2005, p. 8).

Ante ao exposto acima, opta-se neste subtópico por fazer-se uma breve apresentação histórica de alguns fatos e eventos que se constituíram em marcos importantes do desenvolvimento do debate bioético.

> Segundo a história da bioética contada por Reich e por outros pesquisadores simpáticos a sua argumentação, a bioética teria tido seu nascimento em dois locais: na Universidade de Wiscosin, em Madison, com Potter, criador do conceito; e na Universidade de Georgetown, com Andre Hellegers, que, diante da existência do neologismo, teria sido o primeiro a utilizá-lo institucionalmente com o intuito de designar uma nova área de atuação, esta que atualmente conhecemos como a bioética (DINIZ; GUILHEM, 2005, p. 11).

Todavia, abstraindo-se dessas particularidades que dizem respeito à paternidade do termo, cumpre ressaltar que historicamente nada acontece por acaso. Assim sendo, deve-se reconhecer que as transformações dos anos 60, especialmente nos contextos social, político e tecnológico impulsionaram o nascimento da Bioética. Novas tecnologias fizeram surgir dilemas morais inesperados relacionados à prática biomédica. O ressurgimento dos movimento sociais organizados (feminismo, movimento hippie, movimento negro, etc) foi fortalecido pelas conquistas dos direitos civis. Foram revigorados, consequentemente, os debates éticos e políticos.

> Ainda nesse período inicial de surgimento, dois outros acontecimentos contribuíram para que a bioética fosse definida como um novo campo disciplinar: as denúncias, cada vez mais frequentes, relacionadas às pesquisas científicas com seres humanos, um tema fortemente impulsionado pelas histórias de atrocidades cometidas por pesquisadores nos campos de concentração da Segunda Guerra Mundial; e a abertura gradual da medicina, que, de uma profissão fechada e autoritária, passou a dialogar com os que David Rothman adequadamente denominou de estrangeiros [...]: primeiro os filósofos, os teólogos e os advogados e, depois os sociólogos e os psicólogos, que passaram a opinar sobre a profissão médica, porém sobre outras perspectivas profissionais (DINIZ; GUILHEM, 2005, p. 13).

Infere-se desse trecho como a Bioética, ainda que tendo nascido mais ligada à área biomédica, tem uma abertura para outros domínios do conhecimento humano de tal forma a justificar, assim, seu entendimento como sendo um campo disciplinar, ou, melhor ainda, interdisciplinar, que necessita dialogar com todos esses segmentos. O grande desafio é, portanto, como dialogar com os denominados "estranhos morais"? E dialogar de modo respeitoso, mas crítico e autocrítico também. O processo de estranhamento moral foi de fundamental importância para o surgimento e a consolidação da bioética.

> O filósofo Albert Jonsen pontua três acontecimentos que exerceram um papel particularmente importante na consolidação da disciplina. O primeiro deles foi a divulgação do artigo da jornalista Shana Alexander, intitulado 'Eles decidem quem vive, quem morre', publicado na revista Life, em 1962, em que se contavam a história e os desdobramentos da criação de um comitê e ética hospitalar em Washington, nos Estados Unidos (Comitê de Admissão e Políticas do Centro Renal de Seattle). O Comitê de Seattle, como ficou conhecido, tinha o objetivo de definir prioridades para a alocação de recursos em saúde (DINIZ; GUILHEM, 2005, p. 14).

O acontecimento referido diz respeito, na verdade, à prática de selecionar entre os pacientes renais, quais teriam acesso ao tratamento mediante uso de máquinas que não eram suficientes para todos os pacientes. Por isso, tinham que escolher uns excluindo, consequentemente, outros. Competia ao Comitê de Seattle eleger critérios não-médicos de decisão para definir na prática quem deveria viver e quem morreria inevitavelmente por falta do devido tratamento.

Alguns anos depois, em 1966, ocorre o segundo evento dessa microhistória da Bioética contada por Jonsen. Henry Beecher divulgou o artigo que mais assombro provocou na comunidade científica mundial desde o anúncio das atrocidades cometidas pelos médicos engajados no nazismo. Beecher publicou, em *Ethics and clinical research*, 22 relatos de pesquisas realizadas com recursos provenientes de instituições governamentais e companhias de medicamentos em que os alvos de pesquisa eram os chamados 'cidadãos de segunda classe': internos em hospitais de caridade, adultos com deficiências mentais, crianças com retardos mentais, idosos, pacientes psiquiátricos recém-nascidos, presidiários, enfim, pessoas incapazes de assumir uma postura moralmente ativa diante do pesquisador e do experimento (DINIZ; GUILHEM, 2005).

> Além dos maus-tratos com os sujeitos de pesquisa, a análise de Beecher permitiu o desvendamento de outro dado impressionante: dos 50 artigos compilados originalmente para o estudo, somente dois apresentavam, como parte do protocolo de pesquisa, o termo de consentimento dos sujeitos participantes do experimento. Diante desse dado, Beecher propôs que toda e qualquer experimentação com seres humanos deveria respeitar, primeiramente, a necessidade de obtenção do termo de consentimento informado e, em seguida, o compromisso do pesquisador de agir de forma responsável. Foi assim que os números e os dados de Beecher, além do óbvio mérito denunciatório, tiveram um efeito secundário inesperado: demonstraram que a imoralidade não era exclusiva dos médicos nazistas, tal como os novos cientistas acreditavam (DINIZ; GUILHEM, 2005, p. 16-17).

Fundamentado na informação dessas autoras supracitadas, defende-se que ninguém pode ser submetido a pesquisa sem o seu expresso consentimento livre e esclarecido. Historicamente construiu-se uma falsa ideia de que os abusos contra seres humanos em pesquisa só havia acontecido nos tempos sombrios do domínio nazista. De fato, práticas lesivas aos seres humanos, no campo das diversas pesquisas, acontecem até hoje, não obstante todas as Declarações oficiais e resoluções diversas sobre pesquisa envolvendo seres humanos.

Nos anos 70 ocorreu um caso de pesquisa sobre a sífilis desenvolvida em Tuskegee, no estado do Alabana, nos Estados Unidos. Essa pesquisa foi conduzida pelo Serviço de Saúde Pública dos Estados Unidos, órgão oficial do país, e consistia em acompanhar o ciclo natural de evolução da sífilis em sujeitos infectados. Prática absurda que significou deixar

sem tratamento 400 pessoas negras portadores de sífilis, de meados dos anos 30 até o início dos anos 70 objetivando identificar a história natural da doença. Diga-se de passagem que a penicilina, medicamento fundamental para o tratamento da sífilis, já havia sido descoberta.

> O terceiro evento que Jonsen seleciona como significativo para essa microhistória da bioética é a resposta do público a um outro e dramático avanço médico. Em 1967, Christian Barnard, um cirurgião cardíaco da África do Sul, transplantou o coração de uma pessoa quase morta em um paciente com doença cardíaca terminal. Esse acontecimento provocou grande balbúrdia na mídia internacional. O nó da questão girava em torno da origem do órgão, pois a comunidade médica se perguntava como Barnard poderia garantir que o doador estaria realmente morto no momento do transplante. A situação levou a Escola Médica da Universidade de Havard, em 1968, a procurar definir critérios para a morte cerebral, a fim de controlar casos semelhantes a esse (DINIZ; GUILHEM, 2005, p. 18-19).

Percebe-se como historicamente o debate bioético foi sempre alimentado com intervenções cirúrgicas inovadoras, que trouxeram em seu bojo questões morais complexas. Então, diante de tais dilemas impôs-se a necessidade de alguma regulação, algum controle mediante cumprimento de alguns pré-requisitos.

Nos anos 80 e 90 ocorreu claramente a institucionalização da Bioética. De acordo com Jonsen, essa rápida difusão das questões bioéticas pelo mundo é uma resposta à angústia das sociedades diante das implicações políticas e sociais decorrentes do desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da medicina. (DINIZ; GUILHEM, 2005).

Numa tentativa de recapitular brevemente o percurso do desenvolvimento da Bioética, até aqui explanado, apresentam-se abaixo alguns marcos históricos desse caminho.

3.2.1 O julgamento de Nuremberg

A cidade de Nuremberg, na Alemanha, foi o centro de uma série de julgamentos realizados por uma corte internacional, denominada Tribunal de Nuremberg. Em agosto de 1945, em Londres, foi assinado um acordo entre Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e a então União Soviética. Essa corte era composta por juízes e promotores dessas quatro nações e foi presidida pelo promotor norte-americano Robert Jackson.

> Entre 1945 e 1949, foram efetuados doze julgamentos. O primeiro deles foi o que analisou as pesquisas médicas com seres humanos nos campos de concentração nazistas. Os pesquisadores alemães responsáveis pelos experimentos abusivos estavam agora no banco dos réus. Foram oito meses de julgamento entre acusação e a sentença. A principal tese do tribunal contra os alemães foi a de que as pessoas envolvidas nas pesquisas estavam em situação de extrema fragilidade, não dispondo de quaisquer possibilidades de defesa ou exercício da vontade. Elas foram

> compulsoriamente utilizadas pela medicina nazista como 'cobaias prisioneiras' (GUILHEM; DINIZ, 2008, p. 17-18).

Esse julgamento foi muito importante pela sua repercussão em todo o mundo e evidenciou a necessidade urgente de impor limites para intervenções experimentais em seres humanos. Objetivava-se garantir o respeito à dignidade humana.

3.2.2 O Código de Nuremberg

Historicamente, o Código de Nuremberg significa a afirmação de princípios da cultura dos direitos humanos na pesquisa científica. Impõe-se a exigência da ética em pesquisa. Esse Código foi composto por dez artigos e visava orientar eticamente os procedimentos de pesquisa envolvendo seres humanos.

> O primeiro artigo era uma resposta imediata aos julgamentos de guerra: 'o consentimento voluntário do ser humano é absolutamente essencial'. Desde então, o consentimento individual para a inclusão em um estudo vem sendo uma questão-chave no campo da ética em pesquisa assim como noções de equilíbrio entre risco e benefício ou medidas de proteção à saúde e dignidade dos participantes (GUILHEM; DINIZ, 2008, p. 19).

Uma análise crítica que se faz é que posteriormente esse Código ficou sendo equivocadamente compreendido por muitos como sendo para ser usado somente para os abusos cometidos pelos nazistas durante a guerra. Na realidade, sabe-se que o citado Código é também referência para julgar atos criminosos de pesquisas realizadas fora de contexto de guerras.

3.2.3 A Declaração de Helsinque

Realmente, a Declaração de Helsinque é um desdobramento de alguns dos preceitos éticos do Código de Nuremberg, todavia visando mais concretamente os processos de intervenção na prática de pesquisa biomédica. Essa Declaração já passou por várias revisões, a saber: Tóquio, 1975; Veneza, 1983; Hong Kong, 1989; Somerset West, 1996; Edimburgo, 2000; EUA, 2002; Tóquio, 2004.

As várias revisões dessa Declaração têm como objetivo acompanhar o debate sobre ética em pesquisa no campo médico, procurando abordar temas como a importância dos comitês de ética em pesquisa, os estudos multicêntricos, etc. Apesar de ser uma Declaração de

uma única associação profissional, ela é uma ferramenta fundamental de reflexão ética (GUILHEM; DINIZ, 2008).

3.2.4 O Relatório Belmont

Em 1974, o governo dos Estados Unidos institui a Comissão Nacional para a Proteção de Sujeitos Humanos em Pesquisas Biomédicas e Comportamentais. Essa Comissão examinou os desafios éticos da pesquisa biomédica e comportamental, com a finalidade de propor diretrizes para os estudos futuros.

> Entre os compromissos da comissão, estava o de que seriam cuidadosamente ponderadas as pesquisas com populações vulneráveis, em particular as que incluíssem crianças, internos em presídios e pessoas com deficiência. O resultado foi a publicação do Relatório Belmont, em 1978, um marco para as regulamentações nacionais de diversos países nas décadas seguintes (GUILHEM; DINIZ, 2008, p. 29).

Vale ressaltar que foi nesse Relatório que foram propostos os três princípios norteadores da ética em pesquisa (respeito pelas pessoas, beneficência, justiça), que serão abordados na próxima seção deste trabalho. A partir deste marco foram elaborados e divulgados outros documentos paras subsidiar o processo de revisão ética das pesquisas visando fomentar a proteção, o bem-estar e a segurança dos participantes.

4 FILOSOFIA E BIOÉTICA: breve estudo sobre a contribuição de conceitos filosóficos para fundamentação dos princípios bioéticos

Nesta última seção objetiva-se evidenciar como alguns conceitos de ordem filosófica contribuíram para fundamentar a construção e o esclarecimento do conteúdo dos princípios bioéticos hoje consagrados no meio acadêmico.

4.1 Procedimentos metodológicos

O presente estudo é resultado de uma pesquisa de tipo exploratória. Assim sendo, foi feito um levantamento bibliográfico do assunto em diversas fontes, a saber, livros e revistas. De posse dessas fontes, realizou-se uma leitura exploratória, seletiva, analítica e interpretativa, e procedeu-se à construção lógica do trabalho.

A abordagem é de natureza qualitativa, uma vez que trabalha com dados qualitativos. Segundo Appolinário (2004, p. 155) pesquisa qualitativa é aquela na qual "os dados são coletados [...] e analisados subjetivamente pelo pesquisador", enquanto a pesquisa quantitativa é aquela na qual variáveis predeterminadas são mensuradas e expressas numericamente.

O método utilizado foi a análise de conteúdo. A análise de conteúdo é considerada uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema (VERGARA apud MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011).

Segundo Campos e Turato (2009), a análise de conteúdo é comumente feita a partir de registros e assim permite aquilo que metodologicamente chamamos de inferência, genericamente uma passagem das premissas em revisão através do texto até a conclusão do trabalho. Pontua-se que inferir significa realizar uma operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude de sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras.

Segundo essa concepção, produzir inferências em análise de conteúdo significa, principalmente, produzir conhecimentos subjacentes a determinada mensagem, e também ancorá-las a um quadro de referenciais teóricos, situando-se num paradigma acadêmico (CAMPOS; TURATO, 2009). Assim sendo, nesta seção e na conclusão deste estudo apresentam-se as inferências que foram feitas.

A questão norteadora que conduziu esse estudo foi: quais as contribuições filosóficas para fundamentação dos princípios bioéticos? Para tentar responder tal questão procedeu-se, no primeiro capítulo, a uma apresentação e análise da Filosofia como saber racional e sistemático em seus aspectos conceituais e históricos. E no segundo capítulo abordou-se a Bioética como campo interdisciplinar em sua dimensão conceitual e histórica.

4.2 A filosofia como fundamento no processo de construção dos princípios da bioética

A Filosofia surgiu na antiguidade, no século VI a.C. Entende-se, pois, que o pensamento filosófico tem uma longa história constituindo-se numa verdadeira fundamentação racional para todas as ciências historicamente estabelecidas no mundo ocidental. Com efeito, até o advento dos tempos modernos, quando começou o processo de estabelecimento das ciências particulares, desmembrando-se da Filosofia, o saber filosófico englobava todos os ramos do saber humano, desde a matemática pitagórica antiga, passando pelas áreas da medicina, astronomia, lógica, ética, etc, até a mecânica newtoniana, chamada por ele de filosofia natural.

Dessa forma, não há como não reconhecer a relevante contribuição de pensadores como Sócrates, Platão, Aristóteles, Descartes, Kant, Bentham, Mill, etc na construção do edifício do saber humano em todas as áreas, inclusive no campo da Bioética. De fato, como abordar conceitos como ética e moral sem uma referência a Sócrates, Platão ou Aristóteles? Como trabalhar racionalmente categorias como autonomia e dignidade sem remeter-se à filosofia kantiana?

Além disso, como analisar o conceito de utilidade prescindindo-se das contribuições de Bentham e Mill a despeito desta categoria? Enfim, como tratar adequadamente outros conceitos importantes para a Bioética, tais como vulnerabilidade e equidade, desprovidos de quaisquer considerações de cunho filosófico?

Entende-se que num contexto em que as políticas bioéticas tendem a se orientar pelo utilitarismo e consequencialismo é importante discutir a bioética numa perspectiva filosófica, ou seja, identificar os fundamentos filosóficos na construção desse discurso bioético. Se, por um lado, é tentador acentuar a utilidade na bioética, por outro lado, é necessário aprofundar-se nas questões bioéticas porque são filosoficamente ricas em si mesmas.

Segundo Froelich (2006, p. 92),

> das suas origens até os nossos dias, a bioética passou por várias fases ou períodos. Desde o período de consolidação como disciplina até investigações recentes sobre os tipos e os fundamentos da bioética. Um exemplo claro dessa transição é o uso dos princípios fundamentais da bioética: beneficência e não-maleficência; autonomia e justiça, os quais eram, primeiramente, com se disse, princípios fundamentais ou gerais da bioética, derivados do Relatório Belmont.

Desenvolvendo sua linha de raciocínio, o autor supracitado prossegue afirmando que, após críticas sérias à elaboração e à admissão dos referidos princípios gerais, ou se deixa de lado esses princípios ou se qualifica esta bioética de "principialista". Nesta outra fase, segundo ele, temos uma pluralidade de "bioéticas". Em outras palavras, precisamos adjetivar a bioética para sabermos de qual tipo de bioética estamos falando. Este adjetivo depende de vários fatores, como: a) o país de origem e a tradição: europeia, americana, latino-americana; b) o método ou o paradigma de abordagem.

A propósito de possíveis abordagens da Bioética, Durant (2003, p. 264) sustenta que

> a abordagem latina da bioética se baseia amplamente na escolha de uma teoria ética, ou melhor, de uma corrente ética, a saber, o kantismo e mais amplamente o deontologismo. No meio bioético anglo-saxão, a priorização da abordagem kantiana do CCNE [*Comité Consultatif National d'Éthique*] é inconcebível, mesmo que ela seja indicada. Em parte talvez porque a filosofia de Kant, para eles, constitui menos um bem cultural, mas sobretudo porque lá se quer permanecer imparcial, neutro, diante das diversas teorias éticas. Mas isso é possível na prática sem se cair em um relativismo generalizado?

Do ponto de vista filosófico pode-se dizer que a neutralidade não existe, podendo haver uma objetividade, sempre observando nesta, as diversidades culturais, ou seja, nem tudo é relativo, uma vez que existem as implicações culturais do observador que podem ou não ir de encontro ao que está sendo observado, estudado; logo, nem tudo precisa ser aceito, mas o respeito incondicional no meio desta diversidade deverá fazer-se presente sempre.

A abordagem filosófica tem contribuído, então, na consolidação da Bioética no que se refere ao estudo de temas delicados tais como: vulnerabilidade, autonomia, dignidade humana, saúde, vida, morte, justiça e equidade. Temas estes de suma importância, sobretudo na sociedade globalizada, na qual vivemos, onde são muitas as vertentes filosóficas e as posições ideológicas. A seguir serão abordados os princípios da Bioética nos quais se percebem claramente aspectos filosóficos.

4.3 Princípios da bioética

Em 1979, o filósofo Tom Beauchamp e o teólogo James Childress publicaram uma obra intitulada Princípios da Ética Biomédica que fez com que a Bioética se consolidasse teoricamente, de modo especial nas universidades dos Estados Unidos. A proposta teórica dos autores seguiu o caminho aberto pelo Relatório de Belmont defendendo a ideia de que os conflitos morais poderiam ser mediados pela referência a alguns critérios morais, os denominados princípios éticos.

> De acordo com o recorte ético já predefinido pelo Relatório de Belmont, documento de cuja elaboração Beauchamp havia participado, *Princípios da Ética Biomédica* sugere, então, quatro princípios éticos como base de uma teoria bioética consistente: autonomia (o chamado respeito às pessoas), beneficência, não-maleficência e justiça. As novidades, portanto, o princípio da não-maleficência [...] e a substituição do princípio do respeito às pessoas pela autonomia foram duas mudanças de forte impacto para a bioética dos anos 1970. Em nome disso, a teoria principialista, [...], constituiu-se a teoria dominante da bioética por cerca de duas décadas, confundindo-se, inclusive, com a própria disciplina (DINIZ; GUILHEM, 2005, p.25-26).

A teoria principialista (beneficência, não-maleficência, justiça e autonomia) foi alvo de inúmeras críticas, vindas de vários setores e por várias razões. Entretanto, fazendo um balanço geral, pode-se dizer que tais princípios são muito pertinentes e consistentes, quando bem compreendidos e adequadamente aplicados na prática.

> Desde seu aparecimento, o Principialismo gerou críticas. O problema reside no caráter relativo dos princípios, fazendo com que surjam conflitos entre eles porque, na prática, nem sempre se pode respeitá-los igualmente. Por outro lado, tem a vantagem de ser operacional, constituindo-se em parte necessária, apesar de nem sempre suficiente, para a tomada de decisão. Os princípios facilitam e ordenam a análise dos casos concretos e, a partir de então, se pode necessitar de outros valores para aprofundar a análise ética. Na Bioética contemporânea, é consenso que o Principialismo apresenta um conjunto de postulados básicos que não podem ser ignorados mesmo que não tenham, reconhecidamente, um caráter incondicional de princípios (LOCH, 2002, p. 2).

A partir desse posicionamento de Loch (2002), deduz-se claramente que um dos pontos de crítica ao principialismo é o fato de que como eles são relativos, surgem conflitos entre eles em sua aplicabilidade prática, de modo que um pode pesar mais do que outro na realidade dos casos a serem analisados.

De resto, para Pegoraro (2006), o principialismo é uma teoria prática, simples e de fácil aplicação na área da saúde. Por isso mesmo tem um grande prestígio internacional. Todavia, nem por isso responde facilmente a grandes problemas levantados pela biotecnologia e pela estrutura social. O princípio da justiça, por exemplo, é óbvio. Contudo, como aplica-lo num quadro de uma sociedade injusta e desigual? Grande desafio!

4.3.1 Beneficência

O princípio da beneficência, dentre todos os princípios, é o que faz maior referência à história da deontologia médica no Ocidente. A beneficência deve ser vista como um compromisso do pesquisador na pesquisa científica para assegurar o bem-estar das pessoas envolvidas direta ou indiretamente com o experimento. O apelo à beneficência objetiva também ideias como não causar qualquer dano ou mesmo maximizar os benefícios previstos. Na prática, o princípio propõe uma avaliação sistemática e continua da relação risco/benefício para as pessoas envolvidas (DINIZ; GUILHEM, 2005).

> Beneficência quer dizer fazer o bem. De uma maneira prática, isto significa que temos a obrigação moral de agir para o benefício do outro. Este conceito, quando é utilizado na área de cuidados com a saúde, que engloba todas as profissões das ciências biomédicas, significa fazer o que é melhor para o paciente, não só do ponto de vista técnico-assistencial, mas também do ponto de vista ético. É usar todos os conhecimentos e habilidades profissionais a serviço do paciente, considerando, na tomada de decisão, a minimização dos riscos e a maximização dos benefícios do procedimento a realizar (LOCH, 2002, p. 4).

A citação acima começa afirmando que beneficência é fazer o bem. Ora, a questão do bem é uma questão filosófica já presente em Sócrates (iniciador da Ética), em Platão (Ética da transcendência) para quem a ideia do bem era a ideia mais maravilhosa, que se identificaria com a ideia de Deus. E Aristóteles, por seu turno, filosofou sobre a questão do bem, sobretudo na sua obra Ética a Nicômaco, na qual ele deixa bem claro que o bem é aquilo diante do qual nada resiste. Todo agir humano persegue algum fim. E esse fim é visto como um bem.

De acordo com Aristóteles, a felicidade é o bem supremo. Porém, nem todos os seres humanos entendem essa felicidade da mesma forma. Parece, então, que não há um bem supremo, mas vários bens. Então, diante desse impasse, Aristóteles deduz que o bem não é universal e que não se pode fazer dele a ciência. O bem não transcende o mundo humano como se ele se encontrasse "além do ser", como entendia Platão. Aristóteles vai tratar então de definir um bem "praticável" propriamente humano (CAMUS et al., 2010).

4.3 2 Não-maleficência

O princípio da não maleficência basicamente é herdeiro da tradição deontológica de Hipócrates. Ele está associado à máxima *primum non nocere*, que significa "acima de tudo, não cause danos". Por ser considerado um princípio negativo, em contraposição à positividade

do princípio da beneficência, sua aplicação a algumas situações da prática biomédica vem sendo contestada. Há limites mal definidos entre esses dois princípios (DINIZ; GUILHEM, 2005).

> De acordo com este princípio, o profissional de saúde tem o dever de, intencionalmente, não causar mal e/ou danos a seu paciente. Considerado por muitos como o princípio fundamental da tradição hipocrática da ética médica, tem suas raízes em uma máxima que preconiza: "cria o hábito de duas coisas: socorrer (ajudar) ou, ao menos, não causar danos". Este preceito, mais conhecido em sua versão para o latim (primum non nocere), é utilizado frequentemente como uma exigência moral da profissão médica. Trata-se, portanto, de um mínimo ético, um dever profissional, que, se não cumprido, coloca o profissional de saúde numa situação de má-prática ou prática negligente da medicina ou das demais profissões da área biomédica (LOCH, 2002, p. 2).

Diniz e Guilhem (2005) propõem alguns exemplos de situações de fronteira entre os deveres de beneficência e de não-maleficência: o caso da suspensão de tratamentos extraordinários para pacientes com morte física iminente; o tratamento de recém-nascido com sérias limitações físicas; o aborto de crianças com anomalias fetais graves; o processo decisório de pessoas incompetentes. Nesses e noutros casos, a dúvida moral que emerge é derivada da indefinição sobre os valores que estariam embasando os princípios, como o que viria a ser o bem e o mal para cada indivíduo.

Nada mais básico na tradição moral do que fazer o bem e evitar o mal. Analisa-se, assim, este princípio como imbuído de fundamentos filosóficos que permeiam toda a tradição não só hipocrática, mas a própria tradição da filosofia moral como um todo.

4.3.3 Justiça

Se há um conceito profundamente filosófico que teve ao longo da história do pensamento humano uma riqueza de interpretações e nuances diversas, é a noção de justiça. Justiça, em Platão, é a virtude que regula as relações entre as almas racional, irascível e concupiscível. Para Aristóteles, a justiça visa regular o comportamento entre os homens; é a virtude de ordem moral que concorre para a consecução da felicidade humana. Há a justiça corretiva e a justiça distributiva (MASIP, 2001).

> O conceito de justiça, do ponto de vista filosófico, tem sido explicado com o uso de vários termos. Todos eles interpretam a justiça como um modo justo, apropriado e eqüitativo de tratar as pessoas em razão de alguma coisa que é merecida ou devida à elas. Estes critérios de merecimento, ou princípios materiais de justiça, devem estar

> baseados em algumas características capazes de tornar relevante e justo este tratamento. Como exemplos destes princípios materiais de justiça pode-se citar:
> 1. Para cada um, uma igual porção
> 2. Para cada um, de acordo com sua necessidade.
> 3. Para cada um, de acordo com seu esforço.
> 4. Para cada um, de acordo com sua contribuição.
> 5. Para cada um, de acordo com seu mérito.
> 6. Para cada um, de acordo com as regras de livre mercado (LOCH, 2002, p. 5).

Infere-se desse trecho que, apesar da pluralidade de perspectivas a respeito do modo de conceber a justiça, pode-se identificar como denominador comum o fato de verem a justiça como um modo justo, apropriado e equitativo de tratar as pessoas em razão de alguma coisa que é merecida ou devida a elas. Tal compreensão é expressa pelos diferentes autores com redação e estilo próprios.

> Este princípio é o que mais intimamente está relacionado às teorias da filosofia moral em vigor nos Estados Unidos por ocasião da elaboração do relatório. A equidade social, entendida tal como o filósofo John Rawls vinha propondo, isto é, como o princípio do reconhecimento de necessidades diferentes para a defesa de interesses iguais, era uma das grandes novidades apresentadas pelos membros da comissão. Dentre inúmeras implicações práticas, a referência a esse princípio exige, por exemplo, um cuidado redobrado na escolha dos participantes da pesquisa científica (DINIZ; GUILHEM, 2005, p.23).

John Rawls foi o filósofo propositor da chamada Ética da justiça, provocando uma grande reviravolta na segunda metade do século XX. Ele publicou uma obra intitulada Uma teoria da justiça, na qual ofereceu a possibilidade teórica de integrar o sentimento moral com as liberdades públicas e individuais muito estimadas no Ocidente.

Conforme Thiry-Cherques (2008), Rawls integrou três noções ao princípio da justiça: em primeiro lugar, o reconhecimento dos outros enquanto pessoas reais, com sentimentos e interesses; em segundo lugar, uma formulação kantiana, da ideia de não se tratar os outros como meios, mas unicamente como fins; e, por último, a concepção de que o justo é anterior ao bem, querendo isto significar que o bem integra o justo.

> O princípio da justiça seria o que aponta com maior ênfase para o papel das sociedades e dos movimentos sociais organizados na bioética. A justiça distributiva, um conceito caro ao liberalismo estadunidense, traz à tona o problema da resolução de conflitos existentes entre reivindicações e interesses particulares em contraposição aos interesses da sociedade. As regras de justiça serviriam para contrabalancear os diferentes, e muitas vezes conflituosos, interesses que emergem da vida coletiva (DINIZ; GUILHEM, 2005, p. 31).

Observa-se, então, a pertinência, atualidade e necessidade de uma aplicabilidade mais intensa desse princípio que corresponde a muitas das demandas histórico-sociais de nossos

tempos pós-modernos. Nesse sentido, as mesmas autoras, acima citadas, posicionam-se criticamente ao afirmar que esse princípio tem ainda aplicação limitada diante do potencial que ele tem.

Em suma, o princípio da justiça é importante nas políticas públicas de saúde. Os princípios da beneficência, da não-maleficência e da autonomia referem-se à pessoa em sua dignidade, enquanto o princípio da justiça é um princípio da sociedade política pelo qual ela se obriga a criar condições públicas para o tratamento da saúde de todos os cidadãos, como por exemplo, criação de hospitais, ambulatórios, programas de saúde preventiva e de saneamento básico (PEGORARO, 2006).

4.3.4 Autonomia

A autonomia é um conceito que ocupa um lugar central no cenário do debate bioético não só nacional quanto mundial. À semelhança do que ocorre com o conceito de vulnerabilidade, também o conceito de autonomia é resultado de um longo processo de construção histórico-sócio-cultural. Nesse sentido, é legítimo também afirmar que elementos de ordem filosófica contribuíram e continuam contribuindo na construção dessa categoria.

A Resolução CNS 196/96 define autonomia como um dos quatro referenciais básicos da bioética. Anjos (2006) analisa algumas questões da vulnerabilidade no próprio discurso da autonomia formal, ou seja, discute a autonomia tendo como parceira a vulnerabilidade. Em seu artigo o autor acima citado faz referência à autonomia procedimental e autonomia relacional. A denominada autonomia procedimental dar-se-ia quando a pessoa avalia criticamente suas crenças e desejos e os endossa sem excessiva interferência de autoridade externa. A autonomia relacional identificada como proposta alternativa associaria o fato de sermos seres sociais, e desenvolveria a capacidade para a autonomia por meio de interações sociais.

> Este princípio está eticamente fundamentado na dignidade da pessoa humana. Beauchamp e Childress buscam subsídio em Immanuel Kant e em John Stuart Mill para justificar o respeito à autodeterminação. I.Kant, em sua ética deontológica, explicita que a dignidade das pessoas provém da condição de serem moralmente autônomas e que, por isso, merecem respeito. Diz, ainda, que é um dever moral tratar as pessoas como um fim em si mesmas e nunca apenas como um meio. Apesar de pertencer a uma corrente filosófica diferente do deontologismo kantiano, J.S.Mill, um dos expoentes do utilitarismo anglo-saxão do séc.XIX, posiciona-se de maneira semelhante quando escreve que deve ser permitido aos cidadãos se desenvolverem de acordo com suas convicções pessoais, desde que não interfiram com a mesma expressão de liberdade dos outros (LOCH, 2002, p. 4).

Segundo Anjos (2006), como exercício da liberdade e da responsabilidade, a autonomia constitui formalmente uma expressão de máxima grandeza e de dignidade humana e se manifesta na capacidade de os seres humanos poderem fazer escolhas racionais.

Esta liberdade para escolher o que fazer, como fazer, principalmente no campo da pesquisa, dando ao sujeito participante o poder de decisão quanto ao participar ou não desta, surgiu após a segunda guerra mundial logo depois dos julgamentos dos crimes de guerra no julgamento em Nurembergue, e que culminou com a elaboração do Código de Nurembergue e, neste a certeza de que, legalmente, ninguém jamais participará de uma pesquisa sem ter sido esclarecido da mesma e desejar dela participar, dando para isto o seu consentimento.

Assim, as pessoas, tornam-se sujeitos participantes de uma pesquisa possuindo autonomia para dela participar ou não, bem como liberdade para retirar sua participação quando sentir que existe algo na pesquisa com o qual discorda e, por este ou outros motivos, não deseja mais participar.

Conforme Selli e Vial (2006, p.328) é Aristóteles quem primeiro refletiu sobre as diferenças entre o mundo social e o mundo da natureza. Para este filósofo grego a ética possuía como objeto

> o mundo da liberdade ou ethos que é o mundo da ação humana, em oposição ao mundo da necessidade ou phisis, que é o mundo da natureza, onde vigem leis necessárias e independentes da vontade e da ação humana. Se, no mundo do ethos, os seres humanos são livres para agir, tal liberdade não é absoluta. A conduta humana é sujeita a muitos limites, entre eles, os limites estabelecidos pelas regras, sejam elas políticas ou éticas.

Ora, como o ser humano é sujeito social, tanto ele recebe influência das leis, regras, como contribui para que sejam criadas, conforme a necessidade não apenas dele, mas de todo um grupo, do qual ele também faz parte, objetivando a manutenção do *ethos*, ou mundo social, mundo da cultura, dos valores, crenças, leis. Logo, a autonomia também está envolta por valores, cultura, ou seja, posiciona-se conforme o que se acredita.

Para Selli e Vial (2006) a justiça e autonomia estão unidas a partir de princípios políticos e éticos, a política contribui para estimular e estabelecer a justiça entre os membros e a ética expressa-se na aplicabilidade da justiça, ou seja, jamais deveria haver justiça sem ética. Mas, para que a ética seja vista, faz-se necessário que a pessoa esteja plenamente em condições de exercer a sua cidadania, para que possa utilizar da sua autonomia.

Conforme Selli e Vial (2006, p.332) a autonomia ética significa

> capacidade da pessoa humana de estabelecer os fins para sua conduta, em função do seu código de valores, de escolher os meios adequados para atingi-los, com base

> numa apreciação pessoal dos resultados futuros do seu agir. Entendemos, portanto, a justiça, no sentido ético, como respeito à autonomia dos indivíduos.

Percebe-se nas falas de Selli e Vial (2006) que a autonomia existe no momento em que o sujeito social, cidadão, possui plena consciência do seu mundo social, exerce conscientemente sua cultura institucionalizada na forma das leis, regras e, sendo capaz de responder por si juridicamente.

> [Assim], no mundo da necessidade os homens são premidos pela sobrevivência; no mundo da liberdade, que é o reino da ética, podem desenvolver plenamente sua humanidade. No primeiro, o valor fundamental é a justiça como equidade; no segundo, o valor fundamental é a justiça como autonomia. (...) No nosso entender, cabe ao agente, com uma visão crítica do mundo social, tudo fazer para que o outro se descubra autônomo. (...) Esta é a justiça que se aplica no mundo ético, com o nome de justiça como autonomia, que tem por teatro a sociedade civil e que pode ser definida como: todos os membros de uma comunidade moral devem ver a si mesmos e aos demais, em suas relações, como igualmente autônomas. Quando tal não ocorre, devemos tudo fazer para que a autonomia prevaleça (SELLI; VIAL, 2006, p.333).

A autonomia além da relação com a justiça e liberdade, também possui estreita relação com a igualdade, contudo, pode-se perceber que nem sempre todos estes valores estarão juntos, fazendo com que o indivíduo se torne vulnerável, pois,

> o mundo ético é o fundamento das relações interpessoais. Por ela, todos os seres humanos são iguais em dignidade e valor, sem qualquer tipo de distinção, seja ela dada pela natureza ou pela vida social. Tal concepção de igualdade tem origem no jusnaturalismo inglês do Século XVII, que tem Hobbes e Locke como sendo seus maiores expoentes. Segundo essa teoria (...) o indivíduo é um ser com dignidade e valor absolutos; só ele é fundamento da vida social, econômica, política e moral (SELLI; VIAL, 2006, p.336-337).

Conforme visto anteriormente, a autonomia está relacionada a justiça, equidade, liberdade, porém, como na pesquisa pode-se ter autonomia, quando esta for realizada em grupos onde as pessoas sofrem algum tipo de privação, seja esta econômica, política, social, sintam-se injustiçados e discriminados? Para responder a esta questão volta-se ao conceito de vulnerabilidade, atrelando-a à autonomia, pois, mesmo com todas estas dificuldades, tem-se a liberdade de escolhas, porém, deve-se manter a objetividade e postura ética para fazer com que ela seja colocada em prática.

A autonomia deve então ser compreendida, conforme supracitado como elemento fundamental que norteia as ações humanas, sejam estas racionais ou afetivas como escreveu Max Weber, sociólogo que trouxe contribuições importantes não apenas para a Sociologia, mas para a Economia, dentre outras áreas do conhecimento, e, uma destas contribuições foi os

seus estudos sobre ações sociais, nas quais disse que toda ação humana possui uma intencionalidade, seja esta consciente ou inconsciente, e nestas relações de interação os valores do grupo vão sendo divulgados, ora reafirmados ora modificados (SELLI; VIAL, 2006).

As ações desenvolvidas pelos indivíduos, que mais que indivíduos são pessoas, sujeitos sociais, passam por escolhas, conscientes ou não, que refletem as influências, as interferências e as conquistas que possam garantir a autonomia do indivíduo ou não.

Em suma, para Diniz e Guilhem (2005), os indivíduos devem ser tratados como agentes autônomos e as pessoas com autonomia diminuída (os socialmente vulneráveis) devem ser protegidas de qualquer forma de abuso. Sob o aspecto prático, isso significa que a vontade deve ser um pré-requisito fundamental para a participação na pesquisa científica, fazendo com que a concessão do consentimento somente tivesse validez após a informação e a compreensão sobre a totalidade da pesquisa a ser realizada.

5 CONCLUSÃO

Conclui-se que a Filosofia contribuiu substancialmente no processo de construção dos princípios da Bioética. Essa é a conclusão geral à qual se chega e se apresenta como consequência inequívoca do desenvolvimento desse trabalho monográfico.

Todavia, vale ressaltar que estes conceitos não devem ser fechados. Pelo contrário devem estar abertos para promover diálogo crítico diante dos dilemas morais que emergem das várias situações pelas quais passa o ser humano em sua trajetória existencial. Há necessidade de ampliar e aprofundar cada vez mais a compreensão desses conceitos no sentido de facilitar sua aplicabilidade.

É oportuno frisar nesta conclusão que, dos quatro princípios, o princípio da justiça é o que encontra grandes desafios na sua aplicação concreta, uma vez que vivemos em uma sociedade globalizada eivada de desigualdades gritantes.

Constatou-se, amparado em autores de base como Durant (2003) que a abordagem latina da bioética se baseia amplamente na escolha de uma teoria ética, ou melhor, de uma corrente ética, a saber, o kantismo e mais amplamente o deontologismo.

Verificou-se que uma grande contribuição para a consolidação teórica da Bioética ocorreu em 1979, por parte do filósofo Tom Beauchamp (e do teólogo James Childress) que publicou uma obra intitulada *Princípios da Ética Biomédica,* que adentrou nas universidades dos Estados Unidos.

Observou-se que o princípio da beneficência tem um pano de fundo profundamente filosófico. Beneficência é fazer o bem. Ora, a questão do bem é uma questão filosófica já presente em Sócrates (iniciador da Ética), em Platão (Ética da transcendência) para quem a ideia do bem era a ideia mais maravilhosa, que se identificaria com a ideia de Deus. E Aristóteles, por seu turno, filosofou sobre a questão do bem, sobretudo na sua obra Ética a Nicômaco, na qual ele deixa bem claro que o bem é aquilo diante do qual nada resiste. Todo agir humano persegue algum fim. E esse fim é visto como um bem.

Além disso, conforme foi afirmado no corpo deste trabalho, nada mais básico na tradição moral do que fazer o bem e evitar o mal. Analisa-se, assim, este princípio como imbuído de fundamentos filosóficos que permeiam não só a tradição hipocrática, mas a própria tradição da filosofia moral como um todo.

Outro ponto interessante a ser ressaltado nesta conclusão: se há um conceito profundamente filosófico que teve ao longo da história do pensamento humano uma riqueza

de interpretações e nuances diversas, é a noção de justiça. O princípio bioético da justiça bebeu na fonte das concepções filosófica sobre justiça.

Verificou-se, fundamentado em Masip (2001), que, o conceito de justiça, do ponto de vista filosófico, tem sido explicado com o uso de vários termos. Todavia, todos eles interpretam a justiça como um modo justo, apropriado e equitativo de tratar as pessoas em razão de alguma coisa que é merecida ou devida a elas.

O princípio da justiça é o que mais intimamente está relacionado às teorias da filosofia moral em vigor nos Estados Unidos por ocasião da elaboração do relatório de Belmont. A equidade social, entendida tal como o filósofo John Rawls preconizou é o princípio do reconhecimento de necessidades diferentes para a defesa de interesses iguais.

Com relação ao princípio da autonomia, cumpre evidenciar que ele tem raízes filosóficas kantianas. Afinal, foi Kant quem asseverou que nenhum homem pode ser tratado como um meio, mas como um fim em si mesmo. Porque o ser humano tem dignidade; é um ser moral que tem uma vontade que deve ser autônoma e não heterônoma.

Ressalta-se nesta conclusão que a abordagem filosófica tem contribuído, então, na consolidação da Bioética no que se refere ao estudo de temas delicados tais como: vulnerabilidade, autonomia, dignidade humana, saúde, vida, morte, justiça e equidade. Temas estes de suma importância, sobretudo na sociedade globalizada, na qual vivemos, onde são muitas as vertentes filosóficas e as posições ideológicas.

Fazendo-se um link para futuras pesquisas dentro dessa temática, pode-se afirmar que há um campo aberto para ser explorado especialmente no que tange à aplicação prática em conjunto dos quatro princípios, diante da variedade desafiadora de casos particulares.

Em suma, defendeu-se nesse trabalho monográfico que Filosofia e Bioética estão intrinsecamente relacionadas e uma, no caso a Bioética, recebeu grande contribuição da Filosofia na gestação de seus princípios.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, **Nicola. Dicionário de filosofia**. São Paulo: Paulinas, 1983.

ANJOS, Márcio Fabri dos. A vulnerabilidade como parceira da autonomia. **Revista Brasileira de Bioética**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 173-186, 2006.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL. Ministério da saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 196/1996:** diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: Ministério da saúde, 1996.

CAMPOS, Claudinei José Gomes; TURATO, Egberto Ribeiro. Análise de conteúdo. **Rev Latino-americana Enfermagem**, n. 17, p. 124-129, mar-abr. 2009. Disponível em: www.eerp.usp.br/rlae. Acesso em: 20 dez. 2013.

CAMUS, Sébastien et al. **100 obras-chave de filosofia**. Petrópolis: Vozes, 2010

CHÂTELET, François (Dir.). **História da filosofia:** ideias, doutrinas - o século XX. 2. ed. Rio de janeiro: Zahar Editores, 1982.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2003.

COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

COTRIM, Gilberto; FERNANDES, Mirna. **Filosofar**. São Paulo: Saraiva, 2010.

DINIZ, Débora; GUILHEM, Dirce. **O que é bioética**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DURANT, GUY. **Introdução geral à bioética:** história, conceitos e instrumentos. São Paulo: Loyola, 2003.

FROELICH, Charles Andrade. Bioética e direitos além de "humanos": um enfoque filosófico-jurídico contemporâneo. **Revista brasileira de bioética**, v. 2, n. 1, p. 87-92, 2006.

GONZÁLEZ PORTA, Mario Ariel. **Filosofia a partir de seus problemas**. São Paulo: Loyola, 2002.

GUILHEM, Dirce; DINIZ, Débora. **O que é ética em pesquisa**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. 7. ed. Coimbra: Armênio Amado, 1980.

LEGRAND, Gerard. **Dicionário de filosofia.** São Paulo: Cultura, 2002.

LOCH, Jussara de Azambuja. Princípios de bioética. **Temas de Pediatria Nestlé,**

n. 73, p. 12-19, 2002. Disponível em: < *www.nhu.ufms.br/Bioetica/.../Princípios/PRINCÍPIOS%20DA%20BIOÉT...*>. Acesso em: 15 jan. 2015.

MARÍAS, Julián. **História da filosofia**. 6. ed. Porto: Edições Sousa & Almeida, 1982.

MASIP, Vicente. **História da filosofia ocidental**. São Paulo: EPU, 2001.

MONDIN, Battista. **Curso de filosofia**. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1983.

MORRA, Gianfranco. **Filosofia para todos**. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2004.

MOZZATO; Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denize. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **RAC**, Curitiba, v. 15, n. 4, pp. 731-747, Jul./Ago. 2011.

OS FILÓSOFOS através dos textos. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2003.

PEGORARO, Olinto. **Ética dos maiores através da história**. Petrópolis: Vozes, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. **O que é filosofia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

REALE, Miguel. **Introdução a filosofia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

REZENDE, Antônio (Org.). **Curso de filosofia:** para professores e alunos dos cursos de segundo grau e de graduação. 12. ed. São Paulo: Zahar Editor, 2004.

SELLI, Lucilda; VIAL, Eloir Antonio. Justiça como autonomia dos indivíduos In: **Revista Brasileira de Bioética**, Brasília, v. 2, n. 3, p. 328-340, 2006

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. **Ética para executivos**. Rio de janeiro: FGV, 2008.

VILELA, Orlando. **Iniciação filosófica**. 3. ed. São Paulo: Itatiaia, 1974.